

“Tudo pelo social”: desculpa para a gastança.

O Congresso não tem poderes para fiscalizar a destinação das verbas orçamentárias aos diversos setores administrativos, o que não corresponde às regras de um regime verdadeiramente democrático. É o que entende o deputado Vitor Faccioni (PDS-RJ), afirmando que “o governo desperdiça recursos e joga muito dinheiro fora, a pretexto de estimular o desenvolvimento do setor social”.

O próprio Tribunal de Contas, segundo o parlamentar, exerce seu poder de fiscalização com algumas deficiências, e principalmente sem poder entrar no mérito das aplicações, sejam estas na área social ou em outros setores. Disse que o importante é alterar as condições de atuação do Congresso na fiscalização e que isso vai melhorar com a entrada em vigor da futura Constituição. Acrescentou o parlamentar gaúcho que o fato de o governo anunciar a destinação de maiores recursos para a área social não significa que isso esteja acontecendo de acordo com as necessidades do País. Para Faccioni, isso se torna

mais grave diante da precária fiscalização do Congresso, quando a administração torna o setor social objeto de uma prioridade promocional.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA) critica também a impossibilidade de o Congresso fiscalizar os atos do governo quanto à aplicação dos recursos orçamentários, dificultando a avaliação a ser feita pelos parlamentares sobre a correta destinação do dinheiro público. “Pode o governo anunciar o aumento das verbas para o setor social, mas não sabemos se suas finalidades estão sendo cumpridas nem há meios de fazer o acompanhamento”, acrescentou o parlamentar.

Já o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) acha que a situação é tão grave que os parlamentares nem podem comentar a aplicação do governo num setor da maior importância como o social, pois as informações são imprecisas e as condições de fiscalização praticamente inexistentes.